

MODELO I – ARTIGO COMPLETO

MULHERES RURAIS: QUAIS AS CARACTERÍSTICAS QUE O CENSO AGROPECUÁRIO TRAZ, REFERENTE AS SUAS PROPRIEDADES?

Julio Cesar Ferbônio Miguel¹ – Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD

Luciana Virginia Mario Bernardo² – Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD

Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha³ - Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD

GRUPO DE TRABALHO: Gestão do Agronegócio

RESUMO

O trabalho feminino nas propriedades rurais quando associados a recursos econômicos, tradicionalmente, eram representadas por sua menor importância econômica. Ainda hoje, as mulheres precisam reafirmar sua importância frente às propriedades rurais, desta forma, o objetivo deste estudo foi analisar as características referentes às propriedades rurais lideradas pelo sexo feminino. Para isso, fez-se uso de estatística descritiva para quantificar informações sobre as propriedades rurais lideradas por mulheres indicadas nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Os Censos Agropecuários, demonstraram que o perfil das propriedades lideradas por mulheres passou por transformações na Região Centro-Oeste. Em 2006, registrou-se 30.329 estabelecimentos – representando 9,8% do total nacional, em 2017, houve o aumento das unidades para 56.780 unidades, correspondendo a 13,5% do total de propriedades existentes no Brasil. Os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, destacaram-se entre os estados da região, no aumento do número de propriedades. Estas informações, sinalizam que as mulheres vêm assumindo a gestão das propriedades, alterando seu papel no contexto rural, modificando o entendimento referente ao papel feminino restrito as tradicionais atividades desenvolvidas. Além disso, como características destas propriedades, identificou-se a predominância do desenvolvimento das atividades como a pecuária e as lavouras temporárias, sendo esta característica das atividades produtivas na região. Ainda, pode-se observar a limitação da declaração de não adoção de práticas agrícolas, baixa oferta de orientação técnica e a necessidade de políticas públicas que fomentem a diversificação produtiva e a sustentabilidade.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Agronegócios. Sucessão rural.

RESUMEN

El trabajo de las mujeres en propiedades rurales, cuando se asociaba con recursos económicos, se caracterizaba tradicionalmente por su menor importancia económica. Incluso hoy, las mujeres necesitan reafirmar su importancia en las propiedades rurales; por lo tanto, el objetivo de este estudio fue analizar las características relacionadas con las propiedades rurales lideradas por mujeres. Para ello, se utilizó estadística descriptiva para cuantificar la información sobre las propiedades rurales lideradas por mujeres indicadas en los Censos Agropecuarios de 2006 y 2017. Los Censos Agropecuarios demostraron que el perfil de las propiedades lideradas por mujeres experimentó

¹ - Acadêmico de Ciências Contábeis-UFGD – e-mail: julio.ferbonio@gmail.com

² - Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócios-Unioeste, Mestre em Agronegócios-UFGD e Bacharel em Ciências Contábeis-UFGD – e-mail: lucianavbernardo@ufgd.edu.br

³ - Doutor em Geografia-UFGD, Mestre em Agronegócios-UFGD, Bacharel e Licenciado em Geografia-UFGD – e-mail: mayconds@hotmail.com



transformaciones en la Región Centro-Oeste. En 2006, se registraron 30.329 establecimientos, lo que representa el 9,8% del total nacional; en 2017, se registró un aumento en el número de unidades a 56.780 unidades, lo que corresponde al 13,5% del total de propiedades existentes en Brasil. Los estados de Mato Grosso do Sul y Goiás se destacaron entre los estados de la región en el aumento del número de propiedades. Esta información indica que las mujeres han asumido la gestión de las propiedades, transformando su rol en el contexto rural y modificando la percepción del rol de la mujer, restringido a las actividades tradicionales. Además, como características de estas propiedades, se identificó el predominio del desarrollo de actividades como la ganadería y los cultivos temporales, lo cual también es característico de las actividades productivas de la región. Asimismo, se observa la limitación de la declaración de no adopción de prácticas agrícolas, la escasa orientación técnica y la necesidad de políticas públicas que promuevan la diversificación y la sostenibilidad productivas.

Palabras clave: *Mujeres rurales; Unidades rurales; Producción rural.*

INTRODUÇÃO

As mulheres sempre estiveram presentes no espaço rural e participaram da produção alimentar a partir do contexto familiar. Contudo, na maioria das vezes, passaram despercebidas suas contribuições (Delphy, 1983). Assim, as mulheres atuantes nas atividades laborais rurais foram caracterizadas no decorrer da história como invisíveis (Delphy, 1983; Nicourt, 2014). O aprimoramento das atividades desenvolvidas por estas mulheres, pode contribuir para melhorias em relação à segurança alimentar e a pobreza de países em desenvolvimento. Para isso, as mulheres precisam ter acesso aos recursos destinados às propriedades rurais (Organização Internacional do Trabalho, 2012). A mulher rural é considerada a “espinha dorsal das sociedades rurais” (FAO, 2017, p.1). Sua atuação pode contribuir com a diversificação produtiva sustentável, redução de perdas alimentares e de resíduos e influenciar a nutrição familiar, principalmente a infantil (FAO, 2017). Desta forma, o empoderamento das mulheres rurais está além dos benefícios para elas próprias, desdobram-se para a família e a comunidade em que estão inseridas (Waltz, 2016).

Considera-se que no caso de países em desenvolvimento, 43% do trabalho agrícola realizado em pequenas propriedades, são executados por mulheres. Contudo, sua produção é considerada entre 20% e 30% menos que os homens, devido à discriminação que enfrentam por ser mulher e pequena produtora rural. Estima-se que se não houvesse a exclusão, a produção alimentar poderia aumentar e reduzir a fome do mundo em 17% (Oxfam International, 2016).

Na América Latina, o acesso à apropriação de terras por mulheres é limitado e a diferença deste acesso entre homens e mulheres é grande, sendo mais facilitado a posse da terra por parte dos homens (Deere; León de Leal, 2000; Bose et al., 2017). No Brasil, a terra tem demonstrado, no decorrer do tempo, seu carácter social expressivo, que garante a subordinação da mulher em relação ao homem, fruto do patriarcado existente no país (Saffioti, 1987). Contudo, as dificuldades encontradas por mulheres para atuar nas atividades laborais da propriedade rural, não impossibilita sua atuação no setor agropecuário, sendo ainda, considerada a participação feminina, uma importante atuação.

As mulheres no Brasil, representaram 13% dos agricultores, em 2013 (FAO, 2013). Em 2017, estimou-se que este percentual tenha crescido para 31% (Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio, 2018). Indicando que a participação feminina no setor está crescendo e ainda, pode ser expandida. Além disso, a atuação no agronegócio não se restringe a propriedade rural, as mulheres atuam nos elos das diferentes cadeias produtivas (Mesquita, 2014). Associadas às diferentes atividades da produção agrícola, agropecuária e extrativista, bem como, as questões sociais presente nas comunidades rurais. As mulheres são consideradas protagonistas no cenário da agricultura familiar, já que mais de 45% dos produtos são plantados e colhidos pelas mãos femininas. Por esses motivos, as mulheres são vistas como as principais responsáveis pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelo manejo ambiental adequado das águas e dos solos, assegurando uma melhor qualidade de vida para a família e a sociedade (Fantin, 2018). Assim, o objetivo do estudo foi analisar as características referentes às propriedades rurais lideradas pelo sexo feminino, na região Centro-Oeste.

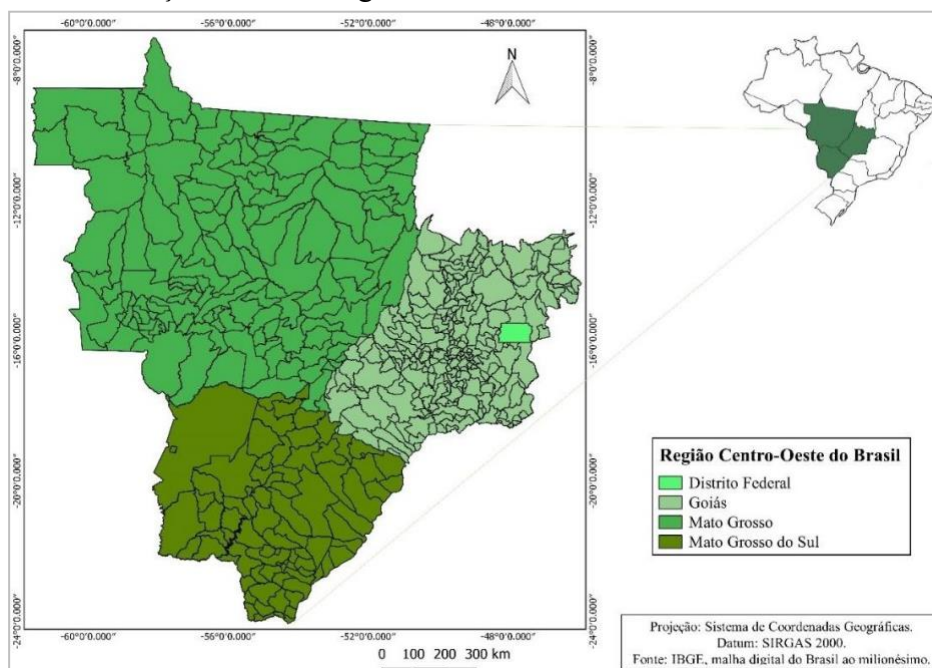
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do estudo referente as características das propriedades rurais lideradas por mulheres, foram adotados, como procedimentos metodológicos de natureza quantitativa e exploratória. Foram analisadas as informações relacionadas aos últimos Censos Agropecuários, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos anos de 2006 e 2017.

O estudo foi realizado na região Centro-Oeste brasileira (Figura 1). A região foi criada em 1942,

após uma nova divisão regional do país, realizada pelo IBGE. Inicialmente suas atividades econômicas, estiveram associadas a mineração, contudo, após o declínio, a pecuária ganhou espaço, bem como a extração de erva-mate (Texeira; Hespanhol, 2006). Dado a continuidade da produção agropecuária, a economia da região continua influenciada pela produção agropecuária, de modo que em 2022, houve recorde produtivo de grãos, associado ao aumento produtivo da segunda safra de milho (BCB, 2023).

Figura 1: Localização da Mesorregião Centro-Oeste brasileira



Fonte: Elaborado por Bernardo et al. (2021).

A região possui como características a produção de *commodities*, via utilização de tecnologias agrícolas, pautada na mecanização, uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos (Santos, 2020).

Inicialmente foi identificado o percentual de propriedades por estado da mesorregião, lideradas por mulheres. Também foram identificadas as características econômicas e ambientais das propriedades, de modo a caracterizar as propriedades rurais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os dados do (IBGE, 2017), o número de estabelecimentos agropecuários



liderados por mulheres em 2006 e 2017, pode-se observar que em todos os estados da região, houve o aumento destes estabelecimentos. O estado de Goiás (22.376 unidades) é o que possuiu o maior registro de estabelecimentos em 2017, mas a maior variação percentual, foi identificada em Mato Grosso do Sul (99,7%).

Tabela 1: Número de estabelecimentos liderados por mulheres e variação percentual entre 2006 e 2017

Unidade da Federação	2006	2017	Variação (%)
Mato Grosso do Sul	6.826	13.638	+99,7%
Mato Grosso	10.254	19.924	+94,3%
Goiás	12.793	22.376	+74,9%
Distrito Federal	456	842	+84,6%
Total	30.329	56.780	+87,2%

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (2006; 2017).

Além disso, observa-se que em 2006, a região Centro-Oeste contabilizava 30.329 estabelecimentos agropecuários sob gestão feminina, representando 9,8% do total identificado no Brasil. Em 2017, esse número saltou para 56.780, correspondendo a 13,5% do total - um aumento de 26.451 estabelecimentos (+87,2%) em termos absolutos e de 3,7 pontos percentuais em termos relativos (IBGE, 2006; 2017). A variação percentual identificada indica que entre os dois últimos Censos Agropecuários houve o aumento no número de estabelecimentos liderados por mulheres na região (IBGE, 2017). Essa característica aparenta uma mudança estrutural nos padrões de liderança nas propriedades rurais. A crescente atuação de mulheres na administração de unidades produtivas rurais revela mudanças estruturais no campo, suscitando reflexões sobre sua autonomia financeira, possibilidades de acesso a políticas de crédito, oportunidades de formação e visibilidade social.

Conforme evidenciado por Alves et al. (2021), o aumento da participação feminina na liderança dos estabelecimentos agropecuários representa um indicador significativo das profundas transformações socioeconômicas que estão redefinindo os padrões de gênero no âmbito da gestão rural. As mudanças nas dinâmicas do mundo rural, com o avanço da pluriatividade (Schneider, 2001) e a valorização de outras formas de conhecimento e gestão

(Sabourin et al., 2020), têm criado condições mais favoráveis para a atuação feminina (Carneiro; Maluf, 2019). Além disso, o fortalecimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à equidade de gênero também contribuiu para a visibilidade e o protagonismo das mulheres no campo (Grisa; Schneider, 2015; Siliprandi, 2015).

No que se refere a produção, nas propriedades lideradas pelas mulheres, na região Centro-Oeste, em ambos os anos de análise, as atividades que mais se destacam devido o número de estabelecimentos, i-pecuária e outros animais, ii-lavouras temporárias, iii-horticultura e floricultura, iv-lavouras permanentes e v-aquicultura. Destas atividades, são predominantes a pecuária e lavoura temporária, para os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. A exceção está no Distrito Federal, ao qual, em 2006, destacou-se pelo número de propriedades, a pecuária e a produção de horticultura e floricultura. Em 2017, há alteração do destaque, tendo como atividades produtivas em mais propriedades, a pecuária e a produção de lavoura temporária. Denota-se que estas atividades são comuns na região Centro-Oeste, independente do sexo da liderança (Tabela 2).

Tabela 2: Número de estabelecimentos por atividade econômica em 2006 e 2017

Atividade Econômica	Unidade da Federação	2006	2017	Variação Abs.	Variação %
Pecuária e outros animais	Mato Grosso do Sul	5.363	10.090	+4.727	+88,1%
	Mato Grosso	8.012	15.926	+7.914	+98,8%
	Goiás	10.622	18.975	+8.353	+78,6%
	Distrito Federal	186	363	+177	+95,2%
Lavouras temporárias	Mato Grosso do Sul	981	2.968	+1.987	+202,5%
	Mato Grosso	1.270	2.694	+1.424	+112,1%
	Goiás	1.348	2.348	+1.000	+74,2%
	Distrito Federal	98	211	+113	+115,3%
Horticultura e floricultura	Mato Grosso do Sul	296	255	-41	-13,9%
	Mato Grosso	432	410	-22	-5,1%
	Goiás	402	484	+82	+20,4%
	Distrito Federal	134	185	+51	+38,1%
Lavouras permanentes	Mato Grosso do Sul	77	225	+148	+192,2%
	Mato Grosso	271	608	+337	+124,4%
	Goiás	238	324	+86	+36,1%
	Distrito Federal	32	66	+34	+106,3%
Aquicultura	Mato Grosso do Sul	6	18	+12	+200,0%
	Mato Grosso	11	96	+85	+772,7%

Goiás	19	68	+49	+257,9%
Distrito Federal	4	10	+6	+150,0%

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (2006; 2017).

Os dados indicam uma especialização produtiva nas propriedades rurais sob gestão feminina na região, evidenciando a persistência de estruturas produtivas historicamente estabelecidas, as quais apresentam limitada capacidade para inovações ou diversificação, sobretudo entre os grupos sociais menos favorecidos. No caso específico de Mato Grosso do Sul, a pesquisa confirma os dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023), segundo os quais, em 2017, 95,8% dos estabelecimentos com direção feminina estavam ligados à pecuária e à agricultura temporária, caracterizando uma dupla dominância dessas atividades no estado. Essa concentração de atividades se apresenta em Goiás, onde a participação conjunta dessas atividades atingiu 95,3% no mesmo ano, corroborando a tese de "hiper especialização produtiva" defendida por Souza et al. (2021) para o Matopiba goiano.

O Distrito Federal apresenta uma trajetória singular, que merece atenção. Entre 2006 e 2017, houve uma mudança no perfil produtivo das propriedades lideradas por mulheres, com a participação da horticultura e floricultura diminuindo de 29,4% para 22%, enquanto as lavouras temporárias cresceram de 21,5% para 25,1%. Segundo o trabalho de campo realizado por Castro et al. (2022) indica a possibilidade de tendência nesse processo de substituição de atividades produtivas, tendo em vista a identificação de conversão de 38% das propriedades hortícolas femininas para grãos entre 2010-2017.

Com relação ao recebimento de orientação técnica, observa-se que as informações identificadas retratam as dificuldades associadas a essa questão. Com exceção do Distrito Federal, todos os estados tiveram percentuais menores de propriedades com o recebimento de orientação técnica, em 2017, se comparado a 2006 (Tabela 3).

Tabela 3: Percentual de estabelecimentos que receberam orientação técnica em 2006 e 2017

Unidade da Federação	2006	2017	Variação (%)
Mato Grosso do Sul	26%	24%	-2%
Mato Grosso	21%	13%	-8%
Goiás	23%	16%	-7%
Distrito Federal	63%	77%	+14%

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (2006; 2017).

Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060

A pouca oferta de atividades extensionistas pode impactar negativamente na produtividade e na modernização das práticas agrícolas, conforme demonstrado por Buainain e Batalha (2017, p. 143), 'a ausência de assistência técnica regular reduz em até 40% o potencial produtivo dos estabelecimentos familiares'. A baixa oferta destes serviços pode estar associada a fatores como cortes em programas de assistência técnica, como observado no período 2016-2019 quando os recursos para o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foram reduzidos em 58% (Brasil, 2020), e menor investimento em formação continuada para a população rural (Schneider et al., 2019).

Esses resultados corroboram os achados de Gasques et al. (2021) e indicam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a expansão da capacitação técnica, garantindo que os avanços estruturais do setor sejam acompanhados por suporte técnico adequado.

Além disso, com relação às práticas agrícolas, ou seja, às técnicas e métodos utilizados no cultivo e manejo da terra para garantir produtividade, sustentabilidade e conservação dos recursos naturais (EMBRAPA, 2021), foram observados a variação percentual entre os anos de 2006 e 2017. A declaração do não uso destas práticas é superior a 60% na maioria dos estados da região Centro-Oeste, com exceção ao Distrito Federal, para os anos de 2006 e 2017. Em Mato Grosso e Goiás, o percentual do não uso de práticas agrícolas aumenta, entre os anos de análise, passando de 70,9% para 77,6% em Mato Grosso e 67,3% para 73,4% em Goiás. Em Mato Grosso do Sul, há uma redução nestes percentuais de 66,8% para 62,5%, e no Distrito Federal, o percentual a redução é ainda maior de 33,6% para 21,6%.

Tabela 4: Práticas Agrícolas em estabelecimentos dirigidos por Mulheres em 2006 e 2017

Estado	Prática Agrícola	2006 (n)	2006 (%)	2017 (n)	2017 (%)	Variação (n)
Mato Grosso do Sul	Total Estabelecimentos	6.826	100%	13.638	100%	+6.812
	Plantio ao nível	1.117	16,4%	1.896	13,9%	+779
	Rotação de culturas	519	7,6%	1.334	9,8%	+815
	Proteção de encostas	352	5,2%	385	2,8%	+33
	Nenhuma prática	4.558	66,8%	8.525	62,5%	+3.967
Mato Grosso	Total Estabelecimentos	10.254	100%	19.924	100%	+9.670
	Plantio ao nível	1.108	10,8%	470	2,4%	-638
	Rotação de culturas	498	4,9%	1.430	7,2%	+932

Goiás	Proteção de encostas	730	7,1%	595	3,0%	-135
	Nenhuma prática	7.268	70,9%	15.460	77,6%	+8.192
	Total Estabelecimentos	12.793	100%	22.376	100%	+9.583
	Plantio ao nível	1.953	15,3%	1.238	5,5%	-715
	Rotação de culturas	569	4,4%	1.609	7,2%	+1.040
Distrito Federal	Proteção de encostas	997	7,8%	817	3,7%	-180
	Nenhuma prática	8.614	67,3%	16.418	73,4%	+7.804
	Total Estabelecimentos	456	100%	842	100%	+386
	Plantio ao nível	147	32,2%	115	13,7%	-32
	Rotação de culturas	170	37,3%	475	56,4%	+305
	Proteção de encostas	48	10,5%	66	7,8%	+18
	Nenhuma prática	153	33,6%	182	21,6%	+29

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (2006; 2017).

As práticas agrícolas representam o conjunto de técnicas e métodos empregados no cultivo e manejo da terra, visando garantir produtividade, sustentabilidade e conservação dos recursos naturais (EMBRAPA, 2021). No contexto atual de mudanças climáticas e crescente pressão sobre os ecossistemas, a adoção de práticas sustentáveis torna-se imperativa para garantir a segurança alimentar e a preservação ambiental (IPCC, 2022). Os casos de sucesso no Distrito Federal, com, por exemplo, 42% das propriedades com a adoção da rotação de culturas (IBGE, 2019, p. 89), demonstram que políticas públicas eficazes podem reverter os atuais padrões de degradação. Ações coordenada entre os governos, setor privado e academia, seguindo o modelo proposto pelo Plano ABC+ (MAPA, 2021), podem auxiliar a garantir um futuro sustentável para a agricultura brasileira.

As práticas agrícolas podem ser divididas em dois grandes grupos: conservacionistas e convencionais. As primeiras buscam harmonizar a produção com a preservação ambiental, enquanto as segundas, muitas vezes associadas ao modelo da Revolução Verde, priorizam a produtividade em detrimento da sustentabilidade (Altieri; Nicholls, 2020). Podem ser consideradas Práticas Conservacionistas, i-Plantio em nível: técnica que reduz a erosão e melhora a infiltração de água no solo. Estudos demonstram que essa prática pode diminuir a perda de solo em até 60% (Santos et al., 2020); ii-Rotação de culturas: alternar cultivos na mesma área melhora a fertilidade do solo e reduz pragas. Carvalho et al. (2019) observaram que essa prática aumenta em 20% a matéria orgânica do solo; iii-Proteção de encostas e

recuperação de pastagens: evita a degradação do solo. Segundo o MAPA (2021), a recuperação de pastagens pode aumentar a produtividade pecuária em 30%, reduzindo a necessidade de novos desmatamentos.

Podendo ser citado como Práticas Convencionais, as i-Queimadas, apesar de proibidas em muitas regiões, ainda são utilizadas para limpeza de terrenos. O INPE (2022) relata que 70% dos focos de incêndio no Cerrado estão associados à agropecuária. E ii-Uso intensivo de agrotóxicos, sendo o Brasil um dos maiores consumidores mundiais de pesticidas, tendo em vista a opção pela forma de produção, área produtiva e característica climática, contudo, este elemento pode contaminar os solos e recursos hídricos.

Os agrotóxicos, também denominados pesticidas ou defensivos agrícolas, são substâncias químicas ou biológicas utilizadas no controle de pragas, doenças e plantas daninhas na agricultura (Peres et al., 2021). A Tabela 5 indica que houve um aumento entre 2006 e 2017, no número de propriedades que fizeram uso de agrotóxicos na produção, com exceção ao Distrito Federal, que se pode dizer que manteve percentuais muito próximos. Por outro lado, a maioria dos estabelecimentos declaram não fazer uso, em todos os estados da região Centro-Oeste (IBGE).

Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários digeridos por mulher que utilizaram agrotóxicos em 2006 e 2017

Estado	Ano	Total Estabelecimentos	Utilizaram Agrotóxicos	Uso	Não Utilizaram	Sem Uso
Mato Grosso do Sul	2006	6.826	689	10,1%	5.922	86,8%
	2017	13.638	1.996	14,6%	11.638	85,4%
Mato Grosso	2006	10.254	1.225	12,0%	8.763	85,5%
	2017	19.924	6.439	32,3%	13.464	67,7%
Goiás	2006	12.793	1.198	9,4%	11.087	86,7%
	2017	22.376	3.967	17,7%	18.397	82,3%
Distrito Federal	2006	456	138	30,3%	289	63,4%
	2017	842	245	29,1%	597	70,9%

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (2006; 2017).

O uso de agrotóxicos pode estar associado ao modelo agrícola produtivo, utilizado no Brasil (Pignati, 2017), além disso, outro fator, pode ser a ausência de assistência técnica associada a práticas agrícolas alternativas. Principalmente para mulheres, considerando que estas têm menos acesso às informações associadas a práticas alternativas (IPEA, 2019;



Almeida, 2019). E ainda, a vulnerabilidade socioeconômica, muitas agricultoras acabam adotando o uso de agrotóxicos como forma de garantir a produtividade imediata, mesmo conhecendo seus riscos (Porto, 2018). No âmbito ambiental, o aumento do uso desses produtos tem contaminado mananciais hídricos e reduzido a biodiversidade no Cerrado e na Amazônia (MAPA, 2021).

Por fim, é importante considerar que existe a necessidade da existência de políticas públicas que considerem as especificidades de gênero na agricultura, como propõe o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil, 2020). Especificidades nas ações públicas pode auxiliar na promoção da transição para modelos produtivos tradicionais para modelos mais sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados apresentados demonstra que, embora historicamente tenham sido invisibilizadas e desvalorizadas, as mulheres sempre exerceram um papel central na produção de alimentos e na administração das propriedades rurais. Contudo, o trabalho desenvolvido pelas mulheres ao longo da história, foi necessário para a segurança alimentar. Na região Centro-Oeste, observa-se que houve o aumento do número de estabelecimentos sob liderança feminina entre os anos de 2006 e 2017. Este aumento de propriedades lideradas por mulheres, pode refletir uma transformação estrutural nos modelos tradicionais de gestão no espaço rural.

Ainda que os progressos sejam relevantes, a pesquisa aponta desafios persistentes. A oferta limitada de orientação técnica e a predominância de práticas convencionais – como o uso intensivo de agrotóxicos – indicam que o caminho para a prática da produção sustentável exige políticas públicas robustas e direcionadas. É importante promover iniciativas que ampliem o acesso à capacitação, incentivem a inovação e fortaleçam as práticas agrícolas e a produção agroecológica ou orgânica. Essa transformação pode resultar não só no aumento da produtividade, mas também na melhoria das condições socioeconômicas e ambientais das comunidades rurais.

Em síntese, o empoderamento das mulheres no campo transcende a mera ampliação das funções produtivas. Ele representa uma mudança profunda que fortalece a agricultura familiar,



promove a inclusão social e reconstrói o agronegócio rumo a um modelo mais justo, sustentável e inclusivo. Investir na valorização e no suporte a esses agentes transformadores revela-se, portanto, não só uma questão de equidade, mas também uma estratégia fundamental para desenvolver um setor agropecuário resiliente, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos.

Como estudos futuros, acredita-se que após a publicação de um novo Censo Agropecuário, poderá ser incluído as observações referentes a atualização temporal, de modo a identificar padrões ou mudanças referente a questão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO – ABAG. **Relatório de atividades 2017**. São Paulo: ABAG, 2017. Disponível em: <https://abag.com.br/relatorio-de-atividades-2017/>. Acesso em: 27 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO – ABAG. **Relatório de atividades 2022**. São Paulo: ABAG, 2022. Disponível em: <https://abag.com.br/relatorio-de-atividades-2022/>. Acesso em: 27 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL E AGRONEGÓCIO. **Agronegócio é um celeiro de oportunidades, mas é preciso ter informação para aproveitá-las**. Disponível em: https://abmra.org.br/wp-content/uploads/2017/06/7_EDICAO_PESQUISA_HABITOS_DO_PRODUTOR_RURAL_ABMRA_JUNHO_17.pdf.pdf. Acesso em: 29 de maio 2025.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecologia e a busca por sistemas agrícolas sustentáveis**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ALMEIDA, J. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ALVES, S. M. C.; OLIVEIRA, G. B. de; BEZERRA, D. P. Empoderamento feminino no campo: a trajetória das mulheres camponesas na Agrovila Paulo Freire, no município de Mossoró – RN. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 17, p. e135101723533, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i17.23533.

BCB – Banco Central do Brasil. **Região Centro-Oeste**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202302/br202302c3p.pdf>. Acesso em 28 maio 2025

BERNARDO, L.V.M.; FARINHA, M.J.U.S.; RUVIARO, C.F. Análise Locacional da Intoxicação Exógena por Agrotóxicos na Região Centro-Oeste Brasileira entre 2007 a 2013. *Geofronter*, v. 7, p. 1-17, 2021.

BOSE, P.; LARSON, A. M.; LASTARRIA-CORNHIEL, S.; RADEL, C.; SCHMINK, M.;

SCHMOOK, B.; VÁZQUEZ-GARCÍA, V. Women's rights to land and communal forest tenure: A way forward for research and policy agenda in Latin America. **Wome's Studies International Forum**, 65, 53 – 59, 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Relatório de Gestão do PNATER 2016-2019**. Brasília: MAPA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA): Relatório das análises de amostras monitoradas no período de 2021 a 2023**. Brasília: ANVISA, 2023. 120 p. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos/programa-de-analise-de-residuos-em-alimentos>. Acesso em: 27 de maio de 2025.

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. **Cadeias produtivas da agricultura familiar**. Brasília: IICA, 2017.

CARVALHO, A. M. et al. **Rotação de culturas e seus benefícios agroecológicos**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 14, n. 2, p. 45-58, 2019.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. In: CAVALCANTI, M. L. (org.). **A mulher no campo: identidade, trabalho e gênero**. Brasília: IPEA, 2019. p. 45-67.

CASTRO, M. T.; ARANA, A. R. A.; ULIANA, M. R.; COSTA, S. M. **Transformações produtivas no Distrito Federal: o caso do Núcleo Rural do PAD-DF**. Brasília: Editora UnB, 2022.

DEERE, C. D.; LEÓN DE LEAL, M. **Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina**. Bogotá, Colombia: Tercer Mundo Editores y Universidad Nacional de Colombia. 2000.

DELPHY, C. Agriculture et travail domestique: La réponse de la bergère à Engels. **Nouvelles Questions Féministes**. 5, 3–17, 1983.

EMBRAPA. **Manual de boas práticas agrícolas**. Brasília: Embrapa, 2021.

FAO - Food and Agriculture Organization. **Empowering women to end hunger and poverty**. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/zhc/detail-events/en/c/471293/>. Acesso em: jan. 2024.

FAO - Food and Agriculture Organization. **No Brasil, 13% dos agricultores são mulheres**. 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/230178/>. Acesso em: jan. 2024.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Relatório Global de Empreendedorismo no Brasil**. 2018. Disponível em: https://www-gemconsortium-org.translate.goog/report?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 27 maio 2025.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: análise comparativa com 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017/resultados-definitivos.html>. Acesso em: 27 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Agricultura e diversidades: gênero, raça, gerações e territórios**. Volume 2. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16910>. Acesso em: 28 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento de queimadas e incêndios florestais**. São José dos Campos: INPE, 2022.

IPEA. **Políticas públicas para mulheres rurais**. Brasília: Ipea, 2019.

JONATHAN, Eva G. Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. **Psicologia Clínica**, v. 23, p. 65-85, 2011.

MACIEL, C. A.; DOMINGUES, C. R. A percepção de mulheres sobre a presença feminina no agronegócio. In: Encontro de Gestão e Negócios, 2016, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia-MG: EGEN, 2016. Disponível em: <http://www.poncedaher.net.br/egen/sites/default/files/gestao-agronegocio-2016-OK-91-106.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

MESQUITA, L. A. P. Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, 5(1), 98-113, 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Manual de recuperação de pastagens**. Brasília: MAPA, 2021.

NICOURT, C. Le lent dévoilement du travail des agricultrices. **Vertigo: La revue électronique en science de l'environnement**, 14(1), 1–31, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Empoderar a mulher rural e eliminar a pobreza e a fome**. 2012. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/8_de_marco_factsheet_mulheres_rurais_779.pdf. Acesso em: dez. 2024.

OXFAM INTERNATIONAL. **Empowering women farmers to end hunger and poverty**. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/grow/empowering-women-farmers-end-hunger-and-poverty>. Acesso em: maio. 2025.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

PERES, F. et al. **Agrotóxicos, saúde e ambiente**. São Paulo: Hucitec, 2021. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/sg3mt/pdf/peres-9788575413173-03.pdf> . Acesso em: 27 maio 2025.

PIGNATI, W. et al. **Os riscos dos agrotóxicos para a saúde humana**. Agrotóxicos, saúde e ambiente. São Paulo: Hucitec, 2017.

PONTES, A. P. I.; ALENCAR, K. R. de C.; LOPES, M. L. B.; ARAÚJO, J. G. de; COSTA, D. L. P.; BRABO, M. F.; SANTOS, W. M. dos; SANTOS, M. A. S. dos. Caracterização socioprodutiva de mulheres que atuam no agronegócio na região de Paragominas, estado do Pará. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e3839 , 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i7.3839.

PORTO, M. F. S. "Mulheres e contaminação por agrotóxicos". **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, p. 1-12, 2018

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, R. S. (Des)envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins: crescimento econômico sem distribuição de renda. **DDR-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 3-35, 2020.

SANTOS, H. G. et al. **Técnicas de conservação do solo e água**. 3. ed. Brasília: Embrapa, 2020.

SOUZA, M. et al. Hiperespecialização produtiva no Matopiba. **Revista de Política Agrícola**, v. 30, n. 3, p. 89-104, 2021.

SPANEVELLO, R. M.; CAMARA, S. B.; ALMEIDA, D. M. de; BOSCARDIN, M. **Caracterização socioprodutiva de mulheres rurais no Noroeste do RS**. 2022. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/6695>. Acesso em: 27 maio 2025.

SABOURIN, E.; LACERDA, R. de; MENDONÇA, M. de F. Gestão do desenvolvimento rural: saberes e práticas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 2, p. 1-18, 2020.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

SCHNEIDER, S. et al. **Extensão rural e políticas públicas no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

TEXEIRA, J.C.; HESPAANHOL, A.N. A região centro-oeste no contexto das mudanças agrícolas ocorridas no período pós-1960. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros- Três Lagoas**, v. 1, n. 3, p.52-66, 2006.

WALTZ, A. The women who feed us: Gender empowerment (or lack thereof) in rural



VI SECISA – 2025
SEMINÁRIO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Inovação e Transformação Social,
Criando Valor para um Mundo Sustentável.
01 A 03 DE JULHO DE 2025 – ISSN 2447 6285



Southern Brazil. *Journal of Rural Studies*, 47, 31-40, 2017.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060